



Vista do CFCH, UFPE.
Homenagem aos 70 anos de fundação da Faculdade de Filosofia de Pernambuco, ideia embrionária do atual Centro de Filosofia e Ciências Humanas.
Fonte: Repositório Institucional.

PORTES, Monick Raquel Silvestre da Silva

PORTES, M. R. S. S. A necessidade de políticas públicas informacionais para as bibliotecas públicas do Brasil e os entraves para uma implementação bem sucedida. Espaço Público, v. 2, p. 78-88, dez. 2018.

A necessidade de políticas públicas informacionais para as bibliotecas públicas do Brasil e os entraves para uma implementação bem sucedida

The need for public informational policies for public libraries in Brazil and the obstacles to successful implementation

Resumo

O presente artigo tem como objetivo fazer uma breve análise da necessidade de criação de políticas públicas informacionais para as bibliotecas públicas do Brasil, tendo em vista que estas são importantes instituições sociais que têm por objetivo democratizar a informação para toda a sociedade. Propõe-se a abordar um pouco da definição de políticas públicas passando pelo seu ciclo e enfatizando o papel da implementação no ciclo de políticas públicas, mostrando alguns empecilhos encontrados para que se tenha uma implementação com êxito. Também apresenta a importância das bibliotecas públicas no país e como elas podem contribuir para que se construa uma sociedade do conhecimento.

Palavras-chave: Políticas públicas. Implementação. Bibliotecas públicas. Informação. Políticas públicas informacionais.

Abstract

This article aims to make a brief analysis of the need to create public informational policies for public libraries in Brazil, considering that these are important social institutions that aim to democratize information for the whole society. It proposes to approach a little of the definition of public policies going through its cycle and emphasizing the role of implementation in the cycle of public policies, showing some obstacles found for a successful implementation. It also presents the importance of public libraries in the country and how they can contribute to building a knowledge society.

Keywords: Public policies. Implementation. Public libraries. Information. Informational public policies.

Introdução

As bibliotecas públicas têm elevada importância social, uma vez que proveem a democratização da informação para todos, independentemente de classe social, sexo, raça, orientação sexual ou religião. Na maioria das vezes com acervo variado e generalista, além de desempenhar o papel de preservação da memória local, essas bibliotecas fornecem condições básicas para o desenvolvimento cultural dos indivíduos. Desenvolvem um papel fundamental de incentivo à leitura, muitas vezes com o propósito de diminuir a violência de uma determinada comunidade proporcionando um espaço de diálogo e promoção cultural. Segundo Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas, uma das missões-chave dessas bibliotecas é "apoiar a educação individual e a auto formação, assim como a educação formal a todos os níveis" (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 1994).

As políticas públicas informacionais são de extrema importância para que se proporcione uma maior divulgação desses espaços públicos e conseqüentemente se consiga atingir um público cada vez maior, com o intuito de disseminar a informação para toda a sociedade, promovendo assim o aprimoramento educacional e cultural, sobretudo para aqueles menos favorecidos, que não têm condições de frequentar escolas ou universidades particulares que disponibilizam a informação de um modo mais eficiente. Dessa forma, há uma necessidade evidente em se concretizar a implementação de políticas públicas informacionais para as bibliotecas públicas do Brasil. É neste sentido que este artigo se apresenta como uma contribuição para evidenciar essa necessidade de implementação.

Para tanto, o artigo está dividido em três partes, além da introdução e considerações finais. Antes de se entender a necessidade das políticas públicas é preciso compreender o que são elas e como podem contribuir para uma melhoria da sociedade, então a primeira parte aborda um pouco sobre o conceito de políticas públicas, mostrando brevemente o seu ciclo e apresentando o papel da implementação no ciclo das políticas públicas, já que é um dos passos primordiais, pois sem a implementação não há a materialização da política. Em seguida, é mostrada a importância das bibliotecas públicas no país e, por fim, a terceira parte enfatiza a necessidade de se fazer políticas informacionais para tais bibliotecas com o objetivo de atrair a sociedade para estas que são o caminho para o conhecimento, porém apontando os desafios para uma implementação bem sucedida dessas políticas.

Políticas públicas e implementação

Há diversos entendimentos sobre o que são políticas públicas, porém não existe na literatura um consenso sobre a definição. A expressão análise de Política Pública (Policy Analysis) foi

apresentada pela primeira vez em 1936 por Lasswell, de acordo com Agum, Riscado e Menezes (2015), como uma forma de estabelecer contato entre a produção de ações governamentais no conhecimento científico e acadêmico sobre o tema. Ainda segundo esses autores, o conceito *Policy Makers* foi introduzido por Simon (1957 apud AGUM; RISCADO; MENEZES, 2015) como a criação de um meio racional de estruturas para satisfazer as necessidades próprias dos tomadores de decisão. Secchi (2013) defende que as políticas públicas são diretrizes elaboradas para a resolução de um problema público coletivamente relevante, tendo como elementos fundamentais a intencionalidade pública, que nada mais é do que a motivação para que se estabeleçam ações para tratar de um problema, e a resposta a um problema público, estando esse problema entre o status quo e uma possível situação idealizada por uma coletividade. Alguns questionamentos são levantados sobre o tema:

1. Políticas públicas são elaboradas exclusivamente por atores estatais? Ou também por atores não estatais?
2. Políticas públicas também se referem à omissão ou à negligência?
3. Apenas diretrizes estruturantes (de nível estratégico) são políticas públicas? Ou as diretrizes mais operacionais também podem ser consideradas políticas públicas? (SECCHI, 2013, p. 2)

Com relação à primeira questão, há na literatura duas linhas de estudos sobre políticas públicas que defendem diferentes concepções sobre o protagonismo. Uma é a abordagem estatista ou estadocêntrica, que determina que uma política é pública somente quando proveniente de um ator estatal. Entretanto, de acordo com Agum, Riscado e Menezes (2015, p. 17) “a abordagem estatista não ignora os atores não-estatais; ela reconhece entre os vários participantes da vida pública o poder de influenciar ou não uma prática de política pública”. Em contraposição, a abordagem multicêntrica considera que as políticas públicas podem ser estabelecidas por uma junção de atores estatais com organizações privadas, organizações não governamentais, organismos multilaterais e redes de políticas públicas. Nela, qualquer ator social pode ser protagonista de políticas públicas, desde que o problema tenha características públicas.

O segundo ponto também apresenta divergências de concepção entre diversos autores. A afirmação de Dye (1972 apud SECCHI, 2013, p. 5) de que política pública “é tudo aquilo que os governos escolhem fazer ou não fazer”, bem como o conceito de Fernandes (2010 apud SECCHI, 2013, p. 6) que diz que “o Governo que não toma uma atitude pública sobre determinado problema também faz política”, corroboram para muitos a concepção de que a política pública também pode significar omissão ou negligência. Todavia, essa visão não é aceita por todos os estudiosos da área. Para Secchi (2013, p. 6):

A partir da concepção de política como diretriz é bastante difícil aceitar a omissão como forma de política pública. A lógica desse argumento é: se um problema público é interpretativo, e todos os cidadãos visualizam problemas públicos de forma diferenciada, todo e qualquer problema, por mais absurdo que seja, daria luz a uma política pública. Se todas as omissões e negligências de atores governamentais e não governamentais fossem consideradas políticas públicas, tudo seria política pública. Ademais, seria impossível visualizar a implementação da política pública, bem como seria impossível distinguir entre impactos da política pública e o curso natural das coisas, a casualidade.

É realmente inimaginável que todas as situações que envolvam problemas públicos possam ser consideradas políticas públicas se negligenciadas, pois alguns destes problemas, apesar de representarem ideais coletivos, são praticamente impossíveis de serem solucionados por meio de implementação de programas e projetos, que são a verdadeira materialização de uma política pública. Dessa forma, não há como afirmar categoricamente que o fato de um governo não tomar uma atitude pública consiste em uma política pública.

Já no que concerne à terceira questão, apesar de alguns posicionamentos entenderem as políticas públicas como apenas macrodiretrizes estratégicas, Secchi (2013) entende que na verdade elas são tanto as diretrizes de nível estratégico como as de nível intermediário e operacional. De acordo com ele “o nível de operacionalização da diretriz não é um bom critério para o reconhecimento de uma política pública” (p. 7).

Assim, a partir de uma breve definição do que são políticas públicas, vale salientar que a elaboração de tais políticas consiste primeiramente na identificação do problema e posteriormente em um ciclo com cinco etapas interdependentes, que não necessariamente seguem uma ordem cronológica: definição da agenda, formulação de políticas, processo decisório, implementação de políticas e avaliação de políticas. A definição da agenda refere-se à identificação dos problemas por parte do governo, sendo o passo inicial para que se tenha uma política pública, pois se um problema não estiver na agenda do governo nenhuma ação será tomada para solucioná-lo.

Na formulação de políticas são identificadas potenciais escolhas de políticas para se resolver os problemas definidos. A tomada de decisão é o momento em que se define a ação a ser tomada para solucionar o problema, levando-se em consideração análises políticas e técnicas. A implementação é a fase em que as decisões tomadas são traduzidas em ações, por meio de programas e projetos públicos. E, por fim, a avaliação tem o objetivo de verificar os efeitos da política pública na prática, se atingiu ou não a sua meta e estimar o seu desempenho futuro.

No entanto, é preciso entender que para alcançar o estado de política pública não basta apenas que um problema seja socialmente relevante. Conforme Agum, Riscado e Menezes

Para que isso ocorra é preciso o entendimento de que a situação atual possa entrar na agenda, mesmo que não se tenha as condições necessárias para sua aplicação. O fato

de existirem possíveis soluções para um problema não é certeza de sua aplicabilidade. Para isso é preciso que o problema público tenha implicações qualitativas ou quantitativas na sociedade. Neste caso os atores políticos vão interpretar e classificar o que é ou não um problema público quando ele se torna relevante para a sociedade. (2015, p. 19).

O papel da implementação no ciclo de políticas públicas

A implementação de políticas públicas está intimamente relacionada aos resultados obtidos após a decisão tomada para solucionar um problema político. Ela refere-se aos programas e projetos públicos que fazem com que uma política pública seja materializada, ou seja, é o momento em que se coloca em prática as ações e projetos do governo. No Brasil, muitas vezes programas e projetos bem definidos se perdem no caminho e não atingem os resultados esperados, frustrando uma política pública, porém o problema da implementação não está apenas em problemas técnicos, mas também em problemas políticos. Vários fatores ocorrem entre as decisões e os resultados, pois as políticas públicas podem sofrer influências externas aos implementadores que podem interferir na implementação, tornando-a possível ou não.

Governadores alegam que a sua capacidade de implementar deriva das numerosas e contraditórias “amarras legais” (processos de licitação, prazos regimentais, recursos administrativos e judiciais *etc*) e do excessivo protagonismo e hipertrofia de órgãos de controle, sejam ligados aos Poderes Legislativo (Tribunal de Contas da União), Judiciário (Supremo Tribunal Federal), Ministério Público e até mesmo ao próprio Executivo (Controladoria-Geral da União). Por outro lado, cidadãos e empresários não raro culpam a má gestão que imperaria no setor público, a recorrente corrupção e os desvios de recursos, e a própria “burocracia”. (PIRES, 2011, p. 2).

Segundo Pires (2011), há algumas décadas a literatura sobre implementação de políticas públicas reconhece a importância dos atores presentes no processo, porém os estudos focam nos formuladores (*policymakers*), dando pouca atenção aos burocratas de linha de frente e, sobretudo, aos burocratas de médio escalão, que são aqueles que encontram-se em uma posição intermediária entre o topo e a base. Assim, a partir da oposição desses atores em posições extremas, ou seja, os formuladores de políticas que estão no nível estratégico e os burocratas de linha de frente que estão no nível operacional, surgiram duas abordagens para a análise de políticas que sugerem diferentes visões sobre o processo de implementação:

- *Top-down* – privilegia os papéis de decisão das políticas por parte do alto escalão, que são as lideranças políticas, os legisladores, os formuladores de programas e ocupantes de cargos de alta direção. Ou seja, vem do topo (nível estratégico) para a base (nível operacional);
- *Bottom-up* – parte da base para o topo e enfatiza as mudanças que uma política pode sofrer durante a sua execução por burocratas de linha de frente, aqueles que estão na ponta do serviço

público, uma vez que eles podem definir os rumos de uma política à medida em que tomam decisões em campo.

Contudo, existem na literatura algumas críticas com relação à abordagem *top-down*. Como aponta Sabatier (1986), para alguns *bottom-uppers* a principal falha dos modelos *top-down* é que começam a partir da perspectiva de tomadores de decisões, com tendência a omitir outros atores, levando os líderes a assumir que os atores das decisões de políticas são os principais atores e que os outros não têm tanta importância, o que faz com que os líderes negligenciem iniciativas estratégicas vindo do setor privado, de burocratas de nível de rua ou de agências locais de funcionários e de outros subsistemas de políticas.

Em contraposição, a abordagem *bottom-up* apresenta vários pontos fortes, pois começa identificando a rede de atores envolvidos na prestação de serviços em uma ou mais áreas locais, perguntando-lhes sobre seus objetivos, estratégias, atividades e contatos. Em seguida, ele usa os contatos como um veículo para desenvolver uma rede técnica para identificar os atores locais, regionais e nacionais envolvidos no planejamento, financiamento e execução dos programas relevantes governamentais e não governamentais. Isso fornece um mecanismo para mover os burocratas de nível de rua (o 'fundo') até os 'principais' decisores, ambos dos setores público e privado.

Dessa forma, seja dentro da abordagem *top-down* ou *bottom-up*, é perceptível que a fase da implementação é essencial para a execução de uma política pública, pois de nada adianta ser identificado um problema público, colocá-lo na agenda, identificar soluções para esse problema, tomar decisões para que ele seja de fato solucionado e no momento de finalmente implementar o programa ou projeto se deparar com situações que prejudiquem esse processo de forma a não concretizar a implementação.

A importância das bibliotecas públicas no Brasil

O acesso à informação é um direito de todo cidadão e, tendo em vista que a informação está de certa forma englobada no conceito educacional, esse direito é constitucional, pois o artigo 6º da Constituição Federal de 1988 estabelece alguns direitos sociais: a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados (BRASIL, 1988).

Assim, é dever do Estado proporcionar meios para disponibilizar a informação para a sociedade e nesse contexto as bibliotecas públicas encontram-se como a melhor forma de levar o conhecimento a todos, independentemente de classe social, sexo, raça, orientação sexual ou religião. A IFLA, em seu manifesto sobre bibliotecas públicas, definiu as missões-chave dessas instituições:

As missões-chave da biblioteca pública relacionadas com a informação, a alfabetização, a educação e a cultura são as seguintes:

1. Criar e fortalecer os hábitos de leitura nas crianças, desde a primeira infância;
2. Apoiar a educação individual e a auto formação, assim como a educação formal a todos os níveis;
3. Assegurar a cada pessoa os meios para evoluir de forma criativa;
4. Estimular a imaginação e criatividade das crianças e dos jovens;
5. Promover o conhecimento sobre a herança cultural, o apreço pelas artes e pelas realizações e inovações científicas;
6. Possibilitar o acesso a todas as formas de expressão cultural das artes do espetáculo;
7. Fomentar o diálogo intercultural e a diversidade cultural;
8. Apoiar a tradição oral;
9. Assegurar o acesso dos cidadãos a todos os tipos de informação da comunidade local;
10. Proporcionar serviços de informação adequados às empresas locais, associações e grupos de interesse;
11. Facilitar o desenvolvimento da capacidade de utilizar a informação e a informática;
12. Apoiar, participar e, se necessário, criar programas e atividades de alfabetização para os diferentes grupos etários. (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 1994).

Essas missões apenas reforçam a afirmação de Bernardino e Suaiden (2011), que para consolidar uma sociedade da informação e do conhecimento é fundamental a democratização da leitura. Ademais, corroboram também o papel das bibliotecas públicas como instituições capazes de proporcionar desenvolvimento cultural para os cidadãos.

Outro ponto essencial que as bibliotecas públicas podem disponibilizar é o auxílio à conscientização política, contribuindo para o combate à corrupção, já que podem, através de seus materiais, informar aos cidadãos sobre os seus direitos. Em manifesto sobre transparência, bom governo e combate à corrupção, a International Federation of Library Associations and Institutions (2008) afirma que as bibliotecas são, em sua essência, instituições de transparência, dedicadas a disponibilizar as informações educacionais, científicas, técnicas e socialmente mais precisas e imparciais para todos.

Os materiais informativos e o acesso fornecido pelas bibliotecas e serviços de informação contribuem para a boa governança, ampliando o conhecimento dos cidadãos e enriquecendo suas discussões e debates. Bibliotecas e serviços de informação devem estender sua missão de modo a se tornarem componentes mais ativos na boa governança e na luta contra a corrupção. Em particular, eles podem desempenhar um papel significativo ao informar os cidadãos sobre seus direitos e deveres.

Infelizmente é perceptível que algumas pessoas acham que as bibliotecas de um modo geral estão sendo substituídas pelas novas tecnologias, porém elas são instituições riquíssimas culturalmente e que nunca perderão o seu papel como principais difusoras da informação, podendo sim se adaptar às mudanças sociais e tecnológicas. No entanto, para que as bibliotecas públicas continuem oferecendo os seus serviços para a sociedade de modo eficaz é necessário que haja mais investimento por parte dos governos em programas e projetos que atendam às necessidades informacionais da população, e que a implementação dessas políticas públicas seja realizada de modo a não fracassar a expectativa de solução dos problemas públicos identificados.

As políticas informacionais e a implementação

“Política de informação significa uma decisão governamental, direcionando as atividades do setor. Explícita ou implícita - difusa na massa das políticas públicas - ela é o resultado de uma correlação de forças dentro do Estado”. (SILVA, 1991, p. 11). Então, para que se tenha no Brasil bibliotecas públicas que promovam de forma satisfatória a disseminação da informação para a população, especialmente para aqueles que não têm facilidade de acesso à informação por outros meios, por serem de classes menos privilegiadas, é necessário que exista por parte do Governo a intenção de se criar políticas públicas informacionais que atendam às demandas dessas instituições tão importantes para a democratização cultural da sociedade.

Contrariando o que se espera em relação a novas políticas públicas informacionais, o cenário hoje no país é de total descaso às bibliotecas públicas existentes. Para que os usuários estejam motivados a frequentar as bibliotecas é fundamental que elas tenham um espaço prazeroso e acervos atualizados, mas o que se vê em muitas delas são amontoados de livros sem controle, falta de profissionais especializados, pois às vezes não tem nem bibliotecários, e muitas vezes, em municípios pequenos, elas encontram-se fechadas, deixando a população sem o devido acesso à informação. Faltam nas bibliotecas públicas do país a implementação de programas e projetos de incentivo à leitura e à cultura, com o objetivo de estimular a população a frequentar mais esses espaços, e esse tipo de problema não atinge apenas bibliotecas de pequenos municípios, mas também bibliotecas de grande porte. Segundo Ferraz (2014, p. 25).

Todas as reflexões acerca do papel social da biblioteca pública nos levam a perceber que, sem a participação da sociedade e sem o investimento do Estado em políticas públicas que realmente garantam o acesso à leitura, à informação e à cultura, não será possível construir uma sociedade mais democrática e sem tantas desigualdades.

Sem dúvidas os dirigentes dessas bibliotecas públicas devem preocupar-se em identificar os problemas da comunidade atendida para criar programas e projetos visando atendê-los.

Criar e manter projetos culturais que visem atender à demanda da comunidade usuária, no que diz respeito a disseminação da leitura e da cultura, é responsabilidade da biblioteca pública. Entretanto, avaliar esses projetos quanto ao atendimento de suas metas é um papel não somente da própria biblioteca, mas, também, de sua clientela, que poderá participar sugerindo, opinando, ajudando a construir uma biblioteca viva, que seja o palco central para a construção do conhecimento. (BERNARDINO; SUAIDEN, 2011, p. 39).

A questão é que a identificação de um problema e a inserção dele na agenda para se elaborar uma política pública não pressupõe que ele será de fato solucionado e implementado de modo a atingir os resultados esperados, pois, como já mencionado, às vezes existe o programa ou projeto bem

definido, mas se perde no passo da implementação por encontrar empecilhos. “Inicialmente, a ideia de implementação pode se restringir ao cumpra-se da política, uma vez que se pressupõe que a decisão da autoridade seria automaticamente cumprida”. (DALFIOR; LIMA; ANDRADE, 2015).

Mas, infelizmente, essa não é a realidade, até porque a maioria dos programas do país surgem a partir da abordagem *top-down*, negligenciando as iniciativas estratégicas dos burocratas que estão na ponta do serviço público e que em muitas situações são os que têm melhores condições de apontar as reais necessidades para que um determinado problema público seja solucionado, pois são eles que estão lidando diretamente com o problema. Além disso, tem também a questão dos entraves políticos e burocráticos e, para Pires (2011), o não reconhecimento do papel dos burocratas de médio escalão no processo de produção de políticas públicas, que é hoje um dos grandes problemas da implementação no país. Outrossim, atingir os objetivos desejáveis de uma política pública depende da capacidade de gestão pública e é preciso seguir ações de ordem administrativa, política, técnica e legal, porém, deslizes em qualquer uma dessas etapas podem prejudicar o processo como um todo.

Considerações finais

Muitas vezes os governantes do nosso país são criticados por não conseguirem realizar as metas a que se propõem e executar o orçamento previsto para ofertar bens e serviços públicos, porém nem sempre a culpa é de uma má gestão, pois os impasses existem. Como visto, nem sempre o problema da implementação de políticas públicas encontra-se no nível técnico, mas sim no nível político. As políticas públicas podem sofrer influências externas que interferem na implementação, levando-a em alguns casos a não ser concretizada.

No entanto, levando-se em consideração a importância das bibliotecas públicas como instituições que proveem a democratização da informação para todos, proporcionando dessa forma o desenvolvimento cultural dos cidadãos, e verificando-se a necessidade de implementação de políticas públicas com êxito para uma melhoria da oferta de serviços de tais instituições, no enfoque específico das políticas públicas informacionais voltadas para essas bibliotecas o que se tem percebido não é apenas esse tipo de problema, de programas que se perdem sem conseguir efetivar a implementação com sucesso, pois também faltam mais iniciativas por parte dos governantes para um maior investimento na informação. Esta não tem sido considerada prioritária nos planos e programas de desenvolvimento científico e tecnológico do país, fato lastimoso, tendo em vista que é a partir da informação que se pode gerar novos conhecimentos e com isso contribuir para a construção de uma sociedade da informação e do conhecimento.

Portanto, verifica-se a necessidade cada vez mais urgente de novos programas e projetos informacionais e a consequente implementação de forma eficaz e eficiente dessas políticas públicas

com a finalidade de preservar o papel social das bibliotecas públicas do Brasil, pois tais instituições não podem perder a função de enriquecer intelectualmente os cidadãos do país.

Referências

AGUM, Ricardo; RISCADO, Priscila; MENEZES, Monique. Políticas públicas: conceitos e análise em revisão. *Revista Agenda Política*, São Carlos, v. 3, n. 2, p. 12-42, jul./dez. 2015.

BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SUAIDEN, Emir Jose. O papel social da biblioteca pública na interação entre informação e conhecimento no contexto da ciência da informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 16, n. 4, p. 29-41, out./dez. 2011.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988322142-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 10 out. 2018.

DALFIOR, Eduardo Tonole; LIMA, Rita de Cássia Duarte; ANDRADE, Maria Angélica Carvalho. Implementação de políticas públicas: metodologia de análise sob o enfoque da política institucional. *Saúde e debate*, Rio de Janeiro, v. 39, p. 283-297, dez. 2015. Edição especial.

FERRAZ, Marina Nogueira. O papel social das bibliotecas públicas no século XXI e o caso da Superintendência de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 19, p. 18-30, out./dez. 2014. Edição especial.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas. 1994. Disponível em: <<https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2018.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. Manifesto on Transparency, Good Governance and Freedom from Corruption. 2008. Disponível em: <<https://www.ifla.org/publications/ifla-manifesto-on-transparency--good-governance-and-freedom-from-corruption>>. Acesso em: 11 out. 2018.

MACHADO, Elisa Campos. Análise de políticas públicas para bibliotecas no Brasil. InCID: *Revista de Ciência da Informação e Documentação*, Ribeirão Preto, v. 1, n. 1, p. 94-11, 2010.

PIRES, Roberto Rocha C. Burocracias, gerentes e suas “histórias de implementação”: narrativas do sucesso e fracasso de programas federais. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 35, 2011, Caxambu. Anais... São Paulo: ANPOCS, 2011. p. 1-28.

SABATIER, Paul A. Top-down and bottom-up approaches to implementation research: a critical analysis and suggested synthesis. *Journal of Public Policy*, v. 6, n. 1, p. 21-48, 1986.

SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SILVA, Terezinha Elizabeth da. Política de informação na pós-modernidade: reflexões sobre o caso do Brasil. Informação e sociedade: estudos, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 8-13, jan./dez. 1991.